



O RELATIVISMO CONSTITUI AMEAÇA AO CRISTIANISMO?
A PERSPECTIVA DE PAUL VALADIER

IS RELATIVISM A THREAT TO CHRISTIANITY? PAUL
VALADIER'S PERSPECTIVE

Júlio Cesar Rodrigues¹

Flávio Senra²

ABSTRACT

For centuries, Western morality has been based on the belief in a superior being, an absolute foundation, a being-in-itself or a legislating reason. This perspective has contributed to the construction of a reactive morality, that is, one that denies the principle of the permanent historical construction of moral values. When this principle of truth and foundation was diagnosed as dead, human beings found themselves alone, lost and helpless. The expression used here to understand this situation is relativism. What is the source of moral choices? What role does religion still play in this process? Paul Valadier, paying attention to the Nietzschean diagnosis, tries to tackle the issue by proposing a reading in which the religious and the moral try to reconfigure themselves to this new situation of loss of self-referentiality, of ecclesiastical centering, making sense of the characteristics of the present time as possibilities for a new configuration of morality and religious experience.

Keywords: Relativism; Morals; Values; Conscience; Christianity; Paul Valadier

RESUMO

A moralidade ocidental se constituiu, durante séculos, na base de uma crença num ser superior, de um fundamento absoluto, de um ser-em-si ou uma razão legisladora. Essa perspectiva corroborou a construção de uma moral reativa, ou seja, negadora do princípio da permanente construção histórica dos valores morais. Ao ser diagnosticado como morto esse princípio de verdade e fundamento, o ser humano se viu sozinho, perdido e desamparado. A expressão que aqui se utiliza para compreender essa situação é o relativismo. Qual seria a fonte das escolhas morais? Qual o papel da religião ainda nesse processo? Paul Valadier, atendo ao diagnóstico nietzscheano, procura enfrentar o tema propondo uma leitura em que o religioso e o moral procurem reconfigurar-se a essa nova situação de perda de autorreferencialidade, de centramento eclesiástico. O resultado desta investigação leva-nos a compreender as características do tempo atual como possibilidades para uma nova configuração da moralidade e da experiência religiosa.

Palavras-chave: Relativismo; Moral; Valores; Consciência; Cristianismo; Paul Valadier

¹ Mestre em Ciências da Religião e graduado em Filosofia pela PUC Minas. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Contagem. Brasil. Orcid: 0000-0002-1617-1272.

E-mail: juliorodrigues2@yahoo.com.br

² Doutor em Filosofia pela UCM. Mestre em Ciência da Religião e licenciado em filosofia pela UFJF. Docente no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas. Brasil. ORCID: 0000-0001-7676-9850 E-mail: flaviosenra@pucminas.br



INTRODUÇÃO

Paul Valadier é professor emérito do *Centre Sèvres* em Paris e conferencista no Instituto de Estudos Políticos da capital francesa. Empenhou-se por oito anos como chefe de redação da revista *Études*. Investigou, como nenhum outro autor cristão de sua época, e sem preconceitos, o pensamento de Nietzsche. O filósofo alemão é um dos mais duros autores em cuja perspectiva se evidencia o limite da moderna pretensa superação da dependência em relação a um princípio a-histórico, imutável, existente desde uma exterioridade transcendente (NIETZSCHE, 1998). Alguns podem se questionar sobre a relevância de um autor cristão em contato direto com a obra daquele que é considerado por muitos, ainda que de modo equivocado, como um dos pais do ateísmo moderno. Contudo, não se deve esquecer que Paul Valadier (1975), pelo tempo que lhe coube viver em sua instituição religiosa, ao dedicar-se ao autor alemão não se ocupou de apenas evidenciar prováveis pontos vulneráveis de sua obra, suficientes para alimentar uma crítica eclesial, capaz de bani-lo de seu lugar na história, mas sim para reconstruir uma leitura, nem mesmo reconduzir uma genealogia de sua obra, a fim de descobrir quais eram os pilares que a sustentavam.

Para o presente artigo, destacamos que o relativismo é considerado, por Paul Valadier (1994), como um elemento que favorece, intensamente, os desvios em cada uma das ações dos indivíduos. Desse modo, o relativismo acaba por ser a manifestação contemporânea de um niilismo, tema central na obra de Nietzsche (GIACOIA JÚNIOR, 2001). Onde as normas não são suficientes para satisfazer a busca constante do ser humano por si mesmo é que o relativismo fica evidenciado nas escolhas humanas. Pode-se iniciar questionando os possíveis resultados que o relativismo, como manifestação niilista, trouxe para a moral. Na verdade, é importante ressaltar que seria necessária uma ampla produção apenas para rascunhar um problema tão importante para a vida humana, em todos os seus aspectos, algo que neste texto não será possível tratar.

Os alcances e limites desse problema estão bastante evidenciados no aforismo 125 de *A Gaia ciência* (NIETZSCHE, 2001). Nesta obra período intermediário de sua produção, o filósofo alemão descreve o diagnóstico sobre o acontecimento que instituiu o maior vazio da história da humanidade, tirando dela aquilo que se julgava essencial à manutenção da vida, em todos os campos e sentidos. Na esteira desse diagnóstico segundo o qual também os deuses morrem, o ser humano, que sempre viveu à sombra da existência de um referencial seguro no qual podia apoiar



suas decisões, se vê diante de uma sensação que lhe é completamente estranha ao perceber-se sem um referencial firme e estável.

O vazio provocado pela perda dos referenciais ocorrido na modernidade europeia, valores que até então eram reconhecidos como fundamentais, provocou enormes transformações (LAE, 1989). Dessa forma, ele se modificou ao longo da história da humanidade, manifestando-se de diversas maneiras. Na contemporaneidade, começou a mostrar-se como uma fonte de relativismo, que, em última instância, traduz-se como a mesma nadificação de tudo que existe. Nadificar passou, então a ter como significado, relativizar, de modo a não se ter nenhum tipo de referencial, de base segura na qual se pudesse sustentar com

[...] relação ao facto de os problemas trazerem consigo novas perspectivas sobre o bem, sobre a incerteza da acção numa sociedade moderna, tudo o que experienciamos quotidianamente em relação à fragilidade das normas ou ao conflito praticamente insuperável dos valores, fragiliza a consciência e a angústia. Raramente se pode evitar ou demorar a agir, já o dissemos; se as referências desaparecem, como poderemos orientar-nos devidamente: como podemos educar os nossos filhos, e em que bases, num contexto de relativismo? (...) A ausência de respostas seguras arrasta desordens bem conhecidas de todos, ou leva, simultaneamente, à procura de certezas. (VALADIER, 1991, p. 17).

Não há dúvida de que um dos campos mais atingidos pela expressão niilista “Deus morreu” foi o da moral. A moralidade ocidental se constituiu, durante séculos, baseando-se na crença de um ser superior, um Absoluto capaz de constituir todas as coisas, segundo a sua vontade. Por conseguinte, o ser humano vivia, ou ainda vive, em um mundo que é, de certo modo, conferido a ele, mas que não é de sua propriedade. Por isso, ele deve sempre prestar contas de suas ações, segundo as regras, ou segundo os mandamentos de quem o criou e que tudo lhe deu.

No entanto, repentinamente, esse Criador lhe é tirado, e o homem passa a ter de decidir tudo “sozinho”, desamparado de seu referencial primeiro, que sempre estava pronto a puni-lo ou recompensá-lo. Desse modo, o ser humano se viu sozinho, sem nada a receber por sua sensatez ou a pagar pelos seus desacertos. Além desse regramento, a própria moral também articulou, em seus objetivos, uma efetiva domesticação de seus instintos mais básicos e elementares. Aqui se instituiu, (em princípio) definitivamente, a supremacia da razão, exilando de si mesma qualquer traço animal, instintivo, ou mesmo, natural. Com a instituição do cristianismo, Deus passou a ser o artífice da vivência social e humanista, o que corroborou para construção de uma moral fundamentalista, isto é, absolutizadora de suas ideias. Por isso, ao se diagnosticar a “morte de



Deus”, morre com ele a justificativa moral de se empreender as escolhas, tendo em vista receber uma recompensa, ou mesmo, evitar uma punição. Cogitou-se assim o fim iminente da moral, já que o seu eixo sustentador essencial não mais existia. Por isso, a vivência humana já não mais se quantificaria tendo por base o que se compreendia como universo metafísico.

A partir desse contexto, apresentar-se-ão alguns dos princípios fundamentais que compõem o pensamento moral da obra de Paul Valadier, levando em conta a ação contínua do relativismo na sociedade contemporânea atual. Para apresentá-los de modo eficaz, é fundamental compreender como o conceito de consciência é relevante enquanto base para o desenvolvimento das normas morais. Constituído esse prelúdio sobre a importância da consciência, será necessário compreender o desordenamento moral no qual a conjuntura atual se encontra e que é capaz de deixar o ser humano em um estado de confusão e de hesitação, mas que não pode significar a total suspensão da ação humana. Segundo Valadier (2000, p. 09), “[...] mesmo quando os grandes sistemas morais e religiosos manifestassem a sua ruína, cada um de nós teria de se orientar na existência [...]”. Por fim, será proposta uma reflexão mais complexa e necessária acerca da necessidade inevitável da própria moral. Muito mais do que mensurar esses princípios, é preciso entendê-los como efeitos na estrutura cultural que designa a vida ocidental.

Não se podem minimizar os problemas e as dificuldades no posicionamento dos papéis ético e moral, sem que se comprometa a capacidade avaliativa das ações sociais. A ética se revela como um fundamento que vai além do campo da moral, mas que nunca se distancia dela. Isso significa dizer que é possível se pensar na moral, na ética, nos valores que nos cercam, como algo além de simples normatizações e ideários, que sempre acabavam por petrificar as próprias ações do ser humano.

Por isso, é fundamental, segundo Paul Valadier (1991), pensar a moral como possibilidade de arriscar-se, rompendo também com a cristalização de valores ou ideários, incapaz de acompanhar o ritmo de um novo tempo, que se instituiu e vai além de uma racionalização das ações morais. Essa nova significação que se atribui à moral é que se pretende alcançar no ato de romper com um fundamento absoluto, para ir além de uma simples assunção dos referenciais de uma época que já passou, tal como aconteceu nos primórdios de uma modernidade, ainda contaminada pelo exercício de dominação eclesial, que duraram mil anos da história ocidental. Isto é o mesmo que dizer, segundo Paul Valadier, da atualidade da moral, ou seja: a moral “não se



encerra, de modo nenhum, em si própria, particularmente na esfera política, social e cultural...”
(VALADIER, 1991, p. 04).

1 - O conceito de valor

Ao pensar o valor, na perspectiva de Valadier, exige-se que a compreensão seja feita a partir de uma dimensão subjetiva: “Falar em valor é referir-se a uma apreciação que depende de uma subjectividade ou, mais precisamente, do desejo de um sujeito socialmente situado” (VALADIER, 2007, p. 46), isto é, aquele que conta com dados fatuais, mas que não se exime de escolher. Dessa forma, no campo ontológico ocorre uma ruptura com os conceitos individualistas que eram determinantes na formulação de valores, quando a sua constituição passou a ser feita de outro referencial que não fosse o do próprio ser humano em si mesmo.

As sabedorias tradicionais se incumbiram de determinar o papel do sujeito na constituição de valores, a partir de três referenciais fundamentais: a primeira forma indica ao indivíduo como e onde encontrar o seu lugar no cosmos ordenado, sendo essa a sua felicidade. Assim, o indivíduo não desaparece, mas encontra o seu lugar no mundo. A sabedoria vem da capacidade de encontrar esse lugar. Uma segunda referência é a identificação o homem verdadeiro com o cidadão, pois o homem não é homem se não adotar os costumes e normas da cidade, já que fora dela só existe a barbárie. A terceira e última forma é aquela que apresenta o fim do ser humano enquanto responde às exigências fundamentais de sua natureza, isto é, procurando a felicidade de acordo com as regras recebidas e escolhendo os meios adequados para a sua realização, seja na estrutura mundana de felicidade, em perspectiva aristotélica, seja na divindade, em perspectiva tomista.

Ocorre, então, segundo o pensamento valadieriano, no início da modernidade uma “revolução copernicana”, já que se mudaram profundamente os paradigmas instituídos em todas as áreas: identidade, conhecimento, experiência, entre outras, já que até então se baseavam nas perspectivas teístas e teológicas da Idade Média, fundamentos da própria constituição moral da humanidade. Não mais se tem perspectiva de mistério, que obrigava as pessoas a recorrerem à entidade transcendental, a um Absoluto, que estava nas mãos do poder eclesial. O cosmos é, desde então, transparente ao olhar do humano. O espaço moderno é homogêneo e calculável, não mais harmonioso graças à vontade de uma entidade superior.



Sem a perspectiva de um Criador, o ser humano é lançado à orfandade de sua existência, sem que haja “Alguém” que zele por ele, ou indique os melhores caminhos a seguir ou quais as escolhas fazer:

Uma ontologia precede e comanda qualquer possível axiologia, porque não existe nenhum “valor” fora desta ordenação de si com uma finalidade antecedente. Os bens procurados só têm “valor” enquanto conduzem a esse fim. É justamente esta perspectiva grandiosa que se encontra perturbada no princípio dos tempos modernos e que vai dar lugar a uma outra apreciação, na qual a axiologia (isto é, um pensamento pelo valor) comandará ou eliminará mesmo a ontologia. (VALADIER, 2007, p. 49)

Passou-se de um universo fechado, por isso tranquilizador e limitado, para um universo infinito e ilimitado, aberto ao campo das infinitas possibilidades. O referencial das condutas morais constituídos, a partir da referência divina passa a ser determinado por leis matematizáveis e objetivas. Por isso, o sujeito está solitário, sem nada que o sustente ou apoie.

Qualquer pessoa que seja iniciada nos métodos das ciências modernas entra numa relação com o mundo largamente incompatível com o modelo veiculado pelas sabedorias tradicionais, porque o cosmos toma a forma de um espaço homogêneo, neutro obedecendo a leis ou a regras observáveis e sobretudo calculáveis; perde a dimensão misteriosa que lhe conferia um estatuto de referência para um comportamento harmonioso; reveste a dimensão de um infinito sem palavra e sem mensagem, o mesmo que assustava Pascal, destaca Valadier (2007).

Baseando-se no conceito de alienação de Hannah Arendt, Paul Valadier (2007) constata que pelo “estranhamento do mundo”, a modernidade se instalara no sujeito, a partir do seu afastamento do mundo, nascido com o advento da ciência moderna, já que se perdeu a concepção da terra como sua casa, sua morada essencial. Não é mais a terra, o centro do universo, como defendeu o geocentrismo medieval, mas apenas um planeta como outros de outros sistemas, que compõem uma galáxia. Dessa forma, o ser humano tem de buscar, em si mesmo, as referências para ordenar sua existência. Esse movimento de saída, de distanciamento das “coisas do mundo”, institui novos referenciais: a busca de uma neutralidade nas experiências conferida pelo afastamento do mundo; o retorno a um sujeito crítico de si mesmo – afastado de todo o “pré-conceito” – que o desvia do verdadeiro conhecimento e apenas o sujeito é fonte de sua felicidade e é sua obrigação encontrá-la. Esses referenciais se contrapõem àqueles instituídos pela sabedoria tradicional.



Esses traços constituem, assim, uma ruptura ontológica em relação aos universos antigos de pensamento e solidão do sujeito, presentes nas sabedorias tradicionais. Dessa forma, sem um referencial ao cosmos ou a uma cidade ordenada não há outra saída, senão um retorno a um sujeito, considerado o único apto a procurar e a encontrar regras a sua conduta.

Com esses questionamentos feitos à constituição do valor se fundamentou a importância que se deu a uma filosofia do valor, nascente de uma depreciação da ideia do valor que se dá ao mundo, à natureza ou à cidade ordenada. Para Paul Valadier, o alemão Friedrich Nietzsche, no qual é especialista, tem consciência desse paradoxo, enquanto base do niilismo, afinal de contas, ao sermos remetidos para um mundo sem finalidade, sem uma unidade, sem um Absoluto que o resguarde, a que somos remetidos? Quem nos garantirá a certeza de nossas escolhas e forjará os nossos ideais? A filosofia do valor quer ser uma forma de compreensão do sujeito, desviado por razões fundamentais, que busca encontrar as suas respostas adequadas no próprio mundo – seja na cidade ou na natureza humana – fornecendo os meios para a fixação das orientações que ordenem sua vida e sua cidade.

Assim, Paul Valadier (2007) propõe uma maneira diferente de pensar a cultura, os costumes que acabaram por influenciar as novas condições de formulação da moral e da formação de “novos valores”, sob um ponto de vista que descartava o modelo sedimentado nas sabedorias tradicionais. Mesmo reconhecendo a mudança profunda ocorrida nos elementos que constituem esse paradigma moderno, é fundamental questionar o fundamento dessa mudança, visto que, em muitas situações o que ocorre não é a construção de novos valores, mas a fabricação de uma nova “roupagem” para esses mesmos valores. O cerne de cada valor moderno não é de uma mudança radical, mas de uma continuidade dos ideários que o constituíram tempo atrás.

Segundo o autor francês, os sofistas basearam sua filosofia na capacidade humana de superação de todas as dificuldades que se colocassem diante dele, dentro da Natureza. Protágoras formula a frase: “O homem é medida de todas as coisas”. Baseando-se ainda, na mitologia grega, Protágoras coloca os seres humanos como a síntese de duas realidades diferentes: tanto divinas, quanto humanas:

Nesse homem reúnem-se as dimensões mais efetivas de qualquer espécie: “hábitos sucessivos, o da animalidade comum às espécies vivas, o da inteligência técnica propriamente divina, o do sentimento de honra e do direito, o homem pode subsistir exercendo as qualidades recebidas ou tirando partido dos dons dos deuses. (VALADIER, 2007, p. 59)



Contudo, mesmo sendo portador dessas duas dimensões, dependerá da capacidade humana a constituição dos valores, a sua aplicação no mundo. Por isso, o homem deve ser utilizado como medida e compete a ele – e somente a ele – a definição de sua natureza, explorando suas possibilidades, conhecendo suas necessidades, e delas obtendo as condutas que lhe sejam mais adequadas. Considerando-se assim, os sofistas poderão ser chamados de “sábios”, no sentido de melhor se adequarem às necessidades tanto de exigências individuais, quanto sociais, de tal forma a encontrar o melhor comportamento para determinada situação. Assim, se pode justificar a compreensão dos sofistas como os “precursores” da filosofia moderna dos valores, que atribuem o comportamento moral a uma apreciação reta e calculada, justificada de acordo com a natureza de sua necessidade.

Por outro lado, em Paul Valadier, o relativismo protagoreano esvazia qualquer possibilidade de um juízo que escape às paixões individuais, descoladas de uma vertente social, que não correspondente à necessidade imediata de uma compreensão que vai além das sensações individuais, que limita e encerra todo ser humano a apenas uma vertente de “ser-no-mundo”. Platão compreenderá que não é o indivíduo, suas sensações e seus desejos que determinarão as coisas do mundo, mas que isso ocorre graças a uma totalidade que proporciona a esses elementos encontrar sua função e sentido. É o corpo social, globalmente compreendido que torna a harmonia visível, mais do que no indivíduo em si mesmo. O indivíduo é apenas um microcosmo que não interfere no macrocosmo, que é a Cidade, que é o reflexo de sua condição mundana, só que ampliada. Distanciando-se dos sofistas, pode-se notar que Platão se baseia nos seus propósitos, voltados para uma dimensão totalitária da República:

Não só o homem não é a medida de todas as coisas, como também não pode medir todas as coisas a não ser que se saiba medir a si mesmo, que encontre o seu lugar num conjunto estruturado e inteligível, e não restringindo-se a si mesmo e a seus próprios desejos. É antes a Divindade que é a medida de todas as coisas, é ela que dá a medida a todas as coisas. (VALADIER, 2007, p. 66)

Dessa forma, o choque entre sofistas e platônicos é o choque entre o indivíduo-imanente e o a divindade-transcendente. Mesmo havendo uma ausência de vocabulário, o indivíduo se mostra como subjetivo no discurso sofista, enquanto no discurso platônico, ele se revela condiciona pelas ideias do todo, que o define e sustenta.



O contexto de uma filosofia de valores é o contexto de afirmação do sujeito moral, consciente de si e reivindicante de sua autonomia frente aos atos morais. Kant vai diretamente nesse ponto ao buscar o que constitui a essência moral, que se encontra essencialmente no sujeito, pois o que, de fato, importa é a determinação de si mesmo, em que consiste a natureza da vontade humana. Isso, porém, não descartam o prazer, as sensações (base sofisticada), mas coloca o sujeito no centro dessa tensão, que deve responder ainda a uma universalização (base platônica), que mede seus valores. Dessa forma, no universo kantiano, a subjetividade precede qualquer outra consideração sem cair em um relativismo, que confunde a clareza de um valor de cunho individual com a necessidade de uma referência social.

Segundo Paul Valadier, mesmo com todo o caminho já percorrido na história da filosofia, é pela formulação nietzschiana que se compreenderão as bases para uma filosofia moderna do valor. Para ele, apenas em um contexto niilista é que se pode pensar em uma criação de valores, visto que eles são necessários em um mundo onde os valores postos já não respondem mais às necessidades humanas. Os valores tradicionais só foram instituídos, a partir de uma negação da realidade, de uma vontade de nada, de uma perda da origem e do fundamento dos valores, que antes se mostraram absolutos, mas que nada foram capazes de sustentar. Aqui, nasce o niilismo, enquanto negação dessa realidade suprassensível, para “além do mundo”. Ao mesmo tempo em que cria no ser humano, certa vaidade que o coloca como o único capaz de criar valores, ideais suficientemente necessários a si mesmo.

Há, portanto, certo antropocentrismo, creditado à capacidade da razão humana, que aposta no conhecimento e na moral, enquanto construções humanas suficientes. O problema da idealização, ou do idealismo é o grande problema que Nietzsche vê no ser humano que busca com isso uma uniformização que se impõe diante de todos os outros seres humanos. Mas, o que na verdade acontece se dá é a imposição de sua fraqueza, enquanto incapacidade de se encontrar dentro de um mundo regido pelo devir e não pela expressão das falsas esperanças e necessidades de um “homem médio e medíocre” (VALADIER, 2007, p. 73).

Apesar das críticas nietzschianas conduzirem a uma sensação de desprezo e de apatia pelo já instituído, o que Nietzsche quer, de fato, não é instituir uma nova “tábua de mandamentos”, totalmente sua. Fazer isso seria cair – mais uma vez – em um continuísmo que tanto já prejudicou a humanidade. Para Paul Valadier, Nietzsche demonstra, em sua teorização, a capacidade de que se construa uma nova dimensão a partir da vontade de poder, conceito que se presentifica em todos os



“jogos humanos”, que se desenvolve na vontade que quer. Essa vontade de poder se revela para Nietzsche como fundamento de toda a história, atuando de forma essencial no que se denomina a criação de um mundo, buscando assim, o que se denomina como o valor dos valores.

Assim, o “indivíduo-nietzschiano”, segundo Paul Valadier, deve constantemente se interrogar sobre o que quer em si mesmo, sem nunca esperar por uma resposta clara e exaustiva, mas em constante retorna ao seu ato, revisando-o sempre e nunca o considerando acabado e terminado. Tal qual o artista que sempre busca sua obra, considerando-a constantemente inacabada. Busca-se, assim, a genealogia dos valores como forma de compreendê-los dentro de uma perspectiva que vai além de um individualismo radical, assim como englobando o seu ser social em sua própria subjetividade. Mas, tudo ainda dependerá da escolha do sujeito entre ser um mero repetidor, parte de um rebanho ou se buscará ser significativo em uma distância criativa, não como um negador de um poder, mas como um afirmador da vida.

Para Paul Valadier, o percurso descrito revela a problemática do valor intrinsecamente ligada a um novo modo de pensar e de existir do ser humano no mundo, principalmente dentro das profundas mudanças que afetaram o ser humano moderno, que colocaram a dúvida como fundamento essencial de sua historicidade. Porém, o que não se pode abandonar é que entrar dentro de uma perspectiva da problemática dos valores é constantemente se desafiar a buscar muito mais do que leis, normas e idealidades suprassensíveis, mas reconhecer a dimensão axiológica, a partir de uma determinação ontológica que define o ser humano em sua constituição existencial.

2 - O problema da consciência

A consciência normalmente aparece na história da humanidade como um dos fundamentos da escolha moral. Sem esse tipo de consciência, não se pode construir a ação moralizada. Segundo Paul Valadier (1994, p. 20), “[...] a referência à consciência moral se encontra duplamente na arqueologia da nossa civilização, visto que se pode atestar o seu recurso quer do lado dos trágicos gregos, quer do lado do cristianismo nascente.” A partir do ponto de vista do senso comum, é possível que ocorra uma forte adesão quando buscando saber qual é de fato o berço das escolhas morais, do uso da liberdade, chega-se à consciência, como resposta.

O termo consciência faz parte do itinerário geral que a determina e a coloca como um dos polos que constituem a liberdade. Ao mesmo tempo a consciência serve de eixo orientador da



própria escolha moral. Como afirma Bouretz (1994, p. 194, tradução nossa): “[...] aposta no homem, o fato de que a consciência deve ser formada e parece ser digna de o ser.”³. Com o advento da modernidade, conceitos como individualidade, razão individualizada, entre outros, atribuíram à consciência um papel imprescindível na formulação dos valores morais. Isso porque o ser humano passou a depender somente dele mesmo nessa composição dos valores. Sem um Deus ou um ponto de referência capaz de providenciar um conjunto seguro de normas morais para as ações humanas, a consciência se tornou o único elemento capaz de produzir uma base segura para as escolhas morais, mesmo que se voltando apenas para uma negação da própria liberdade de constituí-los. Paul Valadier (1994) afirma que a métrica do “fazer o que quiser”, espalhou-se por todos os campos onde o ser humano exerceu sua ação moral.

Considerar a consciência enquanto fundamento subjetivo, não torna a tarefa de construção de valores menos difícil. Possivelmente, essa tarefa se torna bem mais árdua e complexa. A consciência passa a ser devidamente considerada como preâmbulo de qualquer decisão, principalmente no campo moral. Isso ratifica que o ser humano não possui uma pré-programação, capaz de dirigi-lo devidamente em cada uma das situações e necessidades. A sociedade, dessa forma, é um reflexo daquilo que acontece com os indivíduos que a compõem, tanto que, na atualidade, o fenômeno da perda de sentido da existência humana acarreta a desagregação da sociedade e de todas as suas variações (DUMONT, 1983). A moral sempre buscou fundamentar-se em valores absolutos, ou, pelo menos, em valores universalizantes, capazes de superar as diferenças entre as culturas e alcançar um patamar possível, preservando em si mesma as diferenças peculiares a cada cultura. Não poderia a consciência ser compreendida como um instrumento de dominação e de manipulação, mesmo que seja do interesse comum de uma sociedade ou que a decisão possa se revelar como a ideal para determinada situação. Pela consciência, o ser humano deve ser capaz de alcançar a sua própria libertação. Nela, encontra-se uma ascensão fundamental ao refletir o conjunto de ideais morais, buscando determinar qual deve ser o pressuposto fundamental de uma decisão moral.

Concomitantemente à elevação da condição da consciência como critério para se produzir uma escolha moral, ocorre também a ascensão da ideia de subjetividade. Habitualmente, produz-se

³ [...] *le pari sur l'homme, le fait que toute conscience se doit d'être formée et apparaît comme digne de l'être.*



uma correlação entre a suposta extinção do Absoluto e a evidenciação da capacidade humana de autodeterminação, o que confere a esse ser humano a capacidade de se tornar o paradigma fundamental da Lei que, supostamente, seguirá no desenvolvimento de sua vida.

A modernidade se revelou como uma realidade multifacetada, ancorada no pluralismo e na diversidade que resultou do encontro de diferentes culturas e pensamentos, capazes de constituir novas realidades tão complexas quanto o próprio universo individual que cerca cada membro do “corpo social”. A contemporaneidade, seguindo os passos antes instituídos, mergulhou de modo definitivo na troca intensa e constante de pensamentos e fundamentos, intensificando a troca cultural, por meio do processo de globalização, com uso de internet, da força midiática, entre outras tecnologias. Diante desse quadro, o pluralismo que se funda tem um valor importante, pois possibilita o pensamento voltado para uma comunhão de ideais e das ideias, que constroem um sentido maior do que a própria individualidade pessoal ou grupal. Se antes havia uma homogeneidade, capaz de constituir uma igualdade de relações dentro de um mesmo núcleo social, ultimamente, deve-se constituir uma vida voltada para a aceitação da multiplicidade, da heterogeneidade.

Por isso, esse pluralismo traz uma referência fértil, mesmo com os problemas que podem ser gerados em consequência dele, tal como o relativismo exacerbado e absolutizado. Ainda assim é um passo importante no desenvolvimento da humanidade como um conjunto. Dessa forma, a capacidade de adesão à diversidade e o reconhecimento da pluralidade se tornam o “visto de entrada” nos tempos modernos, propriamente dito. Na contemporaneidade, esse novo paradigma se torna ainda mais relevante, já que se intensificam todos os meios de compartilhamento de ideias, pensamentos e práticas. Segundo Paul Valadier (2000), na contemporaneidade, ocorre, simultaneamente, a saída do bojo de certezas morais e a entrada em um modelo moderno graças às diversidades de éticas. Por isso, um conjunto de pensadores, de filósofos e até de religiosos passam a questionar a confiabilidade atribuída, até então, à tradição, já que ela não conseguia mais suprir a necessidade exigida pelos novos tempos.

A moral tem o seu tempo próprio, mas nem por isso pode se constituir um universo à parte do ser humano, porque depende necessariamente desse universo para adaptar-se à busca humana em qualquer momento. Mesmo assim, a reflexão moral sempre dá a impressão de que é repetitiva: “... a reflexão moral parece sempre atrasada, tanto em relação às inovações técnicas ou científicas, como em relação às evoluções dos costumes.” (VALADIER, 2000, p. 16). Caindo o mito da razão



iluminista, capaz de resolver tudo, ratificou-se a necessidade de que a reflexão moral é iminentemente centrada no mundo em que ela se faz. Por isso, as questões morais se revelam como essenciais às sociedades humanas, tanto que cada uma de suas possibilidades se mostra como uma *questão de urgência*. Desse modo, elas criam uma relação de equilíbrio fundamental entre supostos ganhos e perdas de valores. Mais do que apenas constituir a vida, por meio de um mundo idealizado, capaz de tranquilizar as aflições humanas, o que se quer é compreender a capacidade de sobreviver em um mundo, onde a continuidade se revela na transformação constante.

Muito mais do que se prender a um inconformismo latente, o ser humano se vê diante de um conjunto de situações universais ou gerais, particulares ou singulares, que têm em comum a necessidade de construir juízos capazes de sedimentar os julgamentos morais. Ao se unirem, a ação individual e a ação em conjunto são capazes de constituir o que se denomina ação social. Contudo, não basta apenas assumir a condição da escolha e de sua prática, é preciso também, compreender as exigências morais e não apenas aceitar as consequências advindas de seus atos. O ser humano encerra nele mesmo, a centralidade de suas escolhas. Não é, de modo algum, a exigência de um meio externo a ele, mas um meio que se estabelece por sua ação e suas escolhas.

A perda dos fundamentos que sustentavam a moral vigente acabou por acarretar a perda dos referenciais que constituíam a base de pensamento dos indivíduos e das sociedades. Todavia, o maior empecilho não está apenas em uma troca de modelos ou de regras, mas na dificuldade de assumir o papel essencial de uma moral na vida de cada sujeito. Desse modo, a referência moral se baseia em Deus, como garantia de Bem, de Justiça e de todos os outros conceitos metafísicos. A “presença” divina, como garantia humana de um fim que se justifique, acaba por congelar qualquer pensamento que se situe além desse fundamento absoluto. Contrariar esses fundamentos significará contrariar a própria divindade, sendo, então, necessário assumir as consequências dessa rebelião. É importante dizer que essa referência aos valores que a divindade assume para a autonomia do indivíduo é muito poderosa, já que ele está sempre sob a tensão de contrariá-la ou não. Contudo, a vontade humana, antes amparada pelo Absoluto, encontrou-se, de repente, solitária, contando apenas consigo mesma.

O ser humano, portanto, teve de buscar outras fontes de referência capazes de sustentá-lo ante as incertezas de um mundo mal situado. Na modernidade, a moral absolutista, que até então imperava, já não é mais suficiente, mesmo porque ela poderá se tornar uma moral que vai contra si mesma, em sua essência, ao se impor como uma moral defensora de princípios imaculados e



absolutos, ou seja, “[...] uma moral de fato imoral, uma vez que incapaz de ajudar os homens a assumir humanamente a sua vida na complexidade das suas determinações” (VALADIER, 2000, p. 17).

Por essa via de análise, constituir o pensamento ético e moral é estar em plena disposição de aplicá-lo no meio em que se vive, lidando mesmo com as manifestações do relativismo e constituindo uma realidade ética e moral passíveis de experimentação, dentro da constituição da vida humana. Mesmo assim, a moral não deixou de passar por dificuldades inúmeras, que criaram uma desordem na sua aplicação, dificuldades com as quais era necessário conviver, assim como todos os problemas gerados por ela no cotidiano, inclusive o choque do relativismo dentro da ética e da moral, que serão abordados adiante, como pontos de sequência deste trabalho.

3 - O relativismo pode desordenar os fundamentos morais?

Compreendendo a relevância da consciência para a constituição dos fundamentos morais, é importante ressaltar que a moral passou por sérios questionamentos, principalmente quando ela perdeu suas fundamentações eternizadas e constituídas de modo imutável. Mas, não apenas a moral perdeu seus fundamentos mais preciosos. O mesmo aconteceu com a religião, que teve seus absolutismos também questionados. Abordada por inúmeros questionamentos, a moral – que por tanto tempo se constituiu como um dos ditames essenciais da vida humana, capaz de indicar e, por vezes, determinar as ações humanas, sem questionamento quanto aos seus fundamentos – passou a ser constantemente retorquida, exigindo uma constante reformulação.

Nesse sentido, a sociedade passou a compreender que seus fundamentos mais valiosos de nada adiantariam na modernidade, mesmo sendo considerados eternos. Tornou-se, de fato, necessária uma redefinição constante. Baseava-se, assim, não mais em características extramundanas, mas era, antes, alicerçada, de acordo com as necessidades que se constituíram nessa nova face da história. Paul Valadier (2000) compreende essa peculiaridade, ao constituir uma linha histórica da dependência humana da constituição dos seus preceitos morais. Para ele,

Enquanto, na antiga metafísica, e mais ainda no cristianismo, o homem se acreditava dependente seja da natureza ou do acaso, seja da vontade insondável de Deus, o moderno está inteiramente entregue nas suas próprias mãos e sabe-o. O que fará com essa liberdade? (VALADIER, 2000, p. 71).



Constituir um novo conjunto de normas morais, capazes de contemplar todos os acontecimentos e trazer, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade, a tranquilidade de uma norma acertada, em qualquer instância de julgamento, é uma tarefa árdua e extremamente complexa. Ainda mais se aquelas instâncias de confiança do ser humano, responsáveis por determinar as regras de maior valor a cada ser humano, tiverem também dúvidas com relação à própria execução que elas processam. Ocorre nesta reflexão um jogo perigoso entre diversas instâncias de argumentação, já que nenhuma delas deve ser deixada de lado, mas também não pode ser considerada de modo absoluto, de modo inadvertido. Assim, gera-se o contraste entre as diversas possibilidades de pensamento, que passam a ser questionadas em diversas formas diferentes. Isso significa dizer que há uma intensa discussão acerca dessa problemática, principalmente quando se evocam argumentações baseadas em teorias diferenciadas, tanto do ponto de vista filosófico, quanto social, entre outros. Isso significa dizer que, mesmo em situações diferentes, a discussão moral pode ser constituída de partes e ramificações diversas, capazes de trazer novos elementos à discussão.

Segundo Paul Valadier (2000), um dos fundamentos mais caros à humanidade é aquele que reflete sua própria natureza, como espécie, isto é, o ser humano sob a óptica do conceito coletivo de humanidade. Esse conceito, em particular, propiciou a passagem de uma explicação teocêntrica para uma abordagem antropocêntrica, destacando a capacidade humana independente de uma ligação com o Absoluto. Com base nessa afirmação, o ser humano passou a constituir uma nova realidade, contando apenas com sua capacidade de transformação do meio em que vive. Paralelamente a esses acontecimentos, deu-se ainda a ratificação do paradigma capitalista, sedimentado pelo uso das máquinas como meio de “otimização” do trabalho humano e até mesmo de seu aperfeiçoamento, em termos qualitativos e quantitativos. Além desse privilégio da humanidade, existe outro fator fundamental na crítica do humanismo clássico, a saber, a pretensão de que o ser humano pode ser considerado sob o conceito de uma categoria universal. Dessa forma, ele perde a sua capacidade de pensamento individual e próprio, passando a concebê-lo sob a perspectiva da coletividade.

Desconsidera-se assim, toda a forma de pensamento voltado para a preservação e valorização dos costumes diversos e das várias culturas. Tal fundamentação pode acabar gerando a perda de quaisquer relações individuais do ser humano, descaracterizando-o como sujeito passível de escolhas e ações. Opondo-se, terminantemente a essa formulação está o pensamento relativista,



disfarçado sob a assimilação do conceito de pluralismo, pelo qual se valoriza a ideia necessariamente diversificada. Paul Valadier coloca o pragmatismo em discussão, contrapondo-o ao absolutismo. Nesse caso, o absolutismo reduz as possibilidades a uma só resposta, a que se considera mais acertada, sob um determinado ponto de vista. Esse mesmo universal que quer se dizer absoluto, traz em si mesmo, segundo o próprio Paul Valadier (2000), uma pretensão desmedida, já que acaba por rejeitar qualquer tipo de enraizamento específico de determinada ideia, valor ou regra. Por isso, o relativismo foi pensado como antídoto à problemática de se abrigar todos os referenciais sob a tutela de um só princípio, capaz de igualar as diferenças entre eles. O relativismo teve sua gênese ligada a todos aqueles que se preocuparam com o valor atribuído às características específicas de cada cultura e pensamento.

Paul Valadier (2000) argumenta que a desconsideração do universal não se dá apenas pela sua ineficiência com relação às necessidades individuais. Ela se justifica, principalmente, pelo desconhecimento da noção exata do que vem a ser o universal no contexto humano. Isso porque, não conseguindo amparar sua ação em bases convincentes que possam ir além de sua própria individualidade, ele termina por desconsiderar qualquer menção ao universal e priorizar apenas a vertente individualizada. E o universal não significa uma concepção estagnada, cristalizada em si mesma. A dimensão universalista é aquela que se mostra como um fundamento voltado para a difusão dos fundamentos, universalizando a si mesmo e buscando compreender-se como a capacidade humana de superar as diferenças pessoais e culturais, em nome da busca de uma situação confortável para a maioria das pessoas. Confortável não no sentido de cômoda, mas no sentido de buscar um conjunto de possibilidades ao alcance de todos, pois mais do que um universal que traga em si o sentido de supressão da individualidade, o que se quer é o universal que seja capaz de constituir e conservar as principais referências de cada um dos indivíduos.

Como se pode ver, no campo prático do *ethos*, insurge uma métrica constante de reformulação, fomentada pela necessidade constante de se adequar a novas necessidades e exigências de um novo tempo que se apresenta ao ser humano. A moral é considerada, basicamente, como a referência fundamental que garante ao ser humano a constituição de sua identidade, bem como a manutenção de sua dignidade. A subjetivação passa a ser o paradigma fundamental da modernidade, como efetivação dos pensamentos acerca de si e do mundo. Essa subjetividade é pedra angular que cada indivíduo, cada pessoa utiliza para constituir sua noção de mundo. Cada pessoa é que pode se determinar, pode avaliar aquilo que é necessário à constituição



de sua dignidade. Contudo, mesmo assim sendo, não se pode desmerecer o lugar que cada ser vivo ocupa na construção da realidade, o que significa que o ser humano deve produzir uma diminuição na definição que lhe foi denotada no sentido filosófico e teológico. Deve-se reprová-lo o antropomorfismo que considera, em última instância, apenas a dignidade humana e desconsidera qualquer outro tipo de ser vivo e de entes existentes.

4 - A moral é necessária e inevitável

A atitude moral, a escolha moral, a própria moral em si mesma está ligada necessariamente à capacidade de consciência do ser humano. Porém, não bastaria a ela apenas manifestar-se como ação consciente de uma determinada pessoa ou grupo cultural. Ela passou, sim, por dificuldades diversas enquanto buscava construir seu conceito. Primeiro, porque ela tinha herdado todas as referências que a fizeram um eixo eterno. Segundo, porque essa eternidade lhe trouxe o problema da fixidez. E, em terceiro lugar, porque a moral não pode ser considerada a batalha de um só, já que ela só existe no exercício da vida comum de cada um e dos grupos aos quais pertence. Dessa forma, arrancou-se a moral da sua fixidez e de sua petrificação no tempo e na história, já que ela deve ser entendida, principalmente considerando a compreensão valadierana, como sendo sempre um risco. Não se pode também, negar nunca o ser humano que a sustenta e pratica. Por essa constatação, pode-se referendar a ideia de que

Quem quer que tome a moral por um mundo de certezas que nos poderia (re) conduzir a uma metafísica finalmente reencontrada após uma tão longa errância, ou por uma religião que fixe o olhar do homem ao seu Sentido absoluto, arrisca-se a não fazer mais do que apresentar uma mercadoria deteriorada. (VALADIER, 1991, p. 04).

A moral não desaparece ou morre, como a muitos convém dizer, frente ao hiato que se cria diante de certas situações inéditas e específicas do cotidiano humano. Todos os campos sociais, econômicos, políticos, ou seja, os campos da convivência humana são passíveis de uma interpretação ética e moral, já que são campos que vão além da mera descrição dos fatos. Sendo assim, ao se deparar com essas questões, elas se transformam em uma interpretação moral, uma vez que não se pode escapar dessas situações, o que implicaria uma irresponsabilidade direta ou indireta sobre esse tipo de problema. A pluralidade não pode ser restringida apenas a uma profusão



inquietação de ideias e pensamentos que venham a julgar cada um dos seres humanos, sem a consideração de sua validade.

Em uma sociedade tal como a que se vive nesses dias, isto é, uma sociedade onde a diversidade é sua essência mais fundamental e determinante, torna-se necessária uma reinterpretação constante de todos os pressupostos que são utilizados como medida de ações específicas. Na antiguidade, uma das vertentes mais eloquentes, no que diz respeito à moralidade, é aquela que buscou fundamentar uma única medida capaz de suprir todas as necessidades morais das diversas sociedades. Com o diagnóstico nietzscheano da morte de Deus, inaugura-se toda uma reflexão acerca dessa problemática, já que com a queda do referencial supremo de todas as ideias, o ser humano não tem a que ou a quem recorrer. A pluralidade serve, necessariamente, para indicar como se deve agir, levando em conta tanto o indivíduo quanto o grupo de que participa. Analisar o fato tomando-o por essa ordem é importante, pois, ao assumir sua condição grupal, cada ser humano se desfaz da possibilidade de viver a sua humanidade em “estado puro”, sem a influência direta ou indireta de qualquer outro. Assim, cada um assume os seus papéis sociais, que podem variar de uma cultura para outra e de uma pessoa para outra. Cada um elabora as suas “máscaras”, os seus papéis como possibilidade de desenvolvimento da personalidade individual e grupal. A qualidade dessas “máscaras” só passa a existir quando o sujeito sobrepõe a seu papel social a sua personalidade ou a sua interpretação desse mesmo papel. Ainda assim, ao assumir determinada “máscara”, o sujeito também se obriga a compreendê-la do modo como ela deve ser exercida, isto é, não é apenas o sujeito que formatou a “máscara”, mas também a própria “máscara” que consegue formatar o sujeito. E, como afirma Paul Valadier (1991, p. 109) “[...] os papéis definiram, então, o que deve fazer o indivíduo que os assume.”

Para estabelecer o princípio ético, a humanidade se constitui na sua relação com o outro, relação essa que permite construir uma realidade que estabeleça uma ligação compatível entre o que se faz e o que se espera, dentro do funcionamento social. A honestidade se constitui, segundo Paul Valadier (1991), como a virtude essencial ao exercício da ética, uma vez que sem sua presença ou instituição, todas as ações poderiam ser infundadas ou disfarçadas como ações contrárias à sua própria genealogia. Dessa forma, a honestidade é a garantia de que se pode sempre ultrapassar o simples fato da suposta ausência da ética. Pela honestidade, pode-se ir além de si mesmo.

Normalmente, o ser humano resignou-se a obedecer a certas normas, consideradas absolutas, sem o devido questionamento. Com isso, fica estabelecido o risco constante de assumir o



conformismo como uma métrica de vida. Com essa atitude, cria-se um modelo no qual é postulado que, só se é capaz de sustentar a vida, por motivos diversos (fraqueza, tédio ou até mesmo covardia). Os papéis sociais (as máscaras citadas), vividos atualmente, sofrem alterações constantes e, com isso, acabam se tornando múltiplos, de acordo com as exigências e referências culturais. Assim, surgem as contradições no interior dos papéis sociais, de modo que, no limiar desse conflito constante, insurge a necessidade da moral, como elemento de equilíbrio das relações humanas. Não basta ao sujeito agir em conformidade com um papel determinado para que ele esteja, de fato, à altura da vida humana, já que os papéis que serviam para direcionar a vida em sua realização perderam sua referência básica e chegaram a se tornar mesmo imorais e desvirtuados. A ética será designada por Paul Valadier (1991, p. 117) como “espaço de referência para as nossas maneiras de agir e de nos relacionar com os outros”. Ao cristalizar o conceito de ética, retira-se dela o que a caracteriza como um dos fundamentos essenciais da vida social e impede a sua evolução.

Por outro lado, é possível, também, considerá-la como uma vertente múltipla da sociedade moderna, como adesão a um novo modelo ético, no qual são inseridas novas maneiras de agir. Por isso, a ética exigiu um discernimento e julgamento próprio, apoiada em uma instância crítica, denominada moral. Estabelece-se uma das diversas diferenças entre a ética e a moral, ou seja, enquanto a primeira cuida da questão do que se deve fazer, a segunda se responsabiliza em questionar o que se deve fazer para agir bem. É possível, ainda, reconhecer outra distinção, considerando o homem que reconhece sua finitude, a partir de uma corporeidade, de uma linguagem, de sua cultura. Ele apenas obedece a normas, humanizando-se, moralizando-se a partir de suas particularidades biológicas e culturais.

Mesmo com toda a caracterização já realizada (VOLPI, 1999), o niilismo pode ser interpretado como sendo possuidor de uma faceta positiva, ao impor a obrigatoriedade de se descobrir quais são as bases de uma decisão moral. Basicamente, a fé se revela como essa base essencial da construção da moral, seja uma fé teológica, seja uma fé filosófica. Em ambos os casos, ela revelará a exigência de uma constituição, a partir de um uso sóbrio da razão e daquilo que a cerca. Dessa forma, ao tomar uma atitude concreta, ainda que individual na resolução de algum problema, possivelmente, jamais será possível resolvê-lo, mas ocorrerá um abalo da estrutura construída, de tal modo que passa a ser uma atitude altamente significativa.

A moral, mesmo relegada a uma condição de coleta das consequências sociais, não pode nunca se ater apenas a estar em conformidade com os paradigmas impostos pelo contexto social.



Ela deve, como defendeu Paul Valadier (1999), mostrar-se capaz de se lançar a riscos possíveis. Sem esses riscos e essas possibilidades, a moral corre o risco constante de ser estagnada e paralisada, negadora mesmo da própria essência da vida humana.

A moral deve ser afirmadora da vida e do próprio ser humano que a define, mesmo que por muitas vezes, ele se encontre entre opostos contínuos, isto é, entre o absolutismo de outros tempos e o relativismo da atualidade. O processo de secularização se implantará de maneira plena, ao se confrontar com as dificuldades dos dogmas cristãos, considerados eternos e imutáveis, mas com profunda necessidade de se alinharem com as novas diretrizes do mundo contemporâneo. Como enfrentar esse desafio sem perder a sua precisão, como sendo um ordenamento da realidade e dos seus ditames de conduta? Como exercer a liberdade diante dos desafios da moralidade? Ao se atrelar a moral e a ética à liberdade, corre-se o risco constante de, em seu uso, o ser humano escolher o mal. Se o fizer, instituirá a primeira face do niilismo. Dessa forma, o niilismo se dispersa por toda a vivência da sociedade contemporânea, de modo a justificar o seu efeito de nadificação. Não se pode pensar essa nadificação apenas como um impulso negativo da vida, das escolhas malfeitas, pois o niilismo pode se metamorfosear em diversas figuras e imagens, capazes de iludir o ser humano em suas escolhas e, mesmo que se pense que é possível constituir uma melhor escolha, corre-se o risco de constituir-se numa forma de niilismo. Isso se dá, segundo a ideia nietzscheana, com o idealismo dos valores supremos, uma expressão real desse niilismo. A sua positividade está no fato de que, o niilismo exige uma reviravolta nos conceitos antigos, naqueles que se consagraram como inquestionáveis, mas que se revelam deficitários de uma ação. Enfim, a moral se revela com a complexidade evocada por Paul Valadier, ou seja, uma moral que segue as bases pensadas por Nietzsche, nunca estagnada, nunca pré-determinada, mas sempre em constante reformulação de seus princípios mais autênticos e genuínos.

5 - Conclusão

Viver em uma sociedade tão diversificada quanto a de hoje é um desafio constante; compreendê-la, então, é um feito titânico. Não porque se utilize a força como instrumento essencial, mas porque o esforço intelectual, humano e social é algo digno das mais tradicionais epopeias. Constituir qualquer tipo de pensamento, tendo a consciência de que a sociedade tem em sua essência o movimento incessante do “devir” é sempre desafiador. Por outro lado, estar ciente



desse caminho não pode significar um acostamento indefinível a paradigmas outros, de tempos passados.

Paul Valadier que, em princípio, poderia se ocupar em constituir uma apologia do cristianismo, contra aqueles que se preocupam em atacá-lo constantemente, como ocorre com Friedrich Nietzsche, assumiu um posicionamento contrário ao se ocupar em compreender a proposta do autor alemão. Ao proferir o aforismo da “morte de Deus”, Nietzsche não optou por “inaugurar” a era do ateísmo moderno, mas decidiu levar o ser humano a uma constante reflexão sobre si mesmo, independentemente de um poder absoluto que o amparasse.

A ética e a moral processadas pelas escolhas não poderiam ter sido determinadas por forças estranhas ao ser humano. A contribuição fundamental de Nietzsche, segundo Valadier, não está em tentar dissuadir a crença no cristianismo, na ciência ou em qualquer outro símbolo da dependência humana, mas em dar um tratamento correto aos conceitos, isto é, a ação humana não tem outra fonte de inspiração que não o próprio ser humano. Sejam as boas ou as más ações, elas são geradas no ser humano e é ele que deve arcar com as consequências dessas escolhas, no tempo e no lugar em que ele se encontra e nunca em um mundo que está por vir. Esses preceitos seriam fundamentos excelentes em um mundo estagnado, de poucas mudanças, capaz de ser mensurado (como desejava a ciência), capaz de ser determinado e remetido para uma realidade extramundana (como desejava a religião).

Contudo, o mundo em que se dá essa reflexão é um mundo onde a mudança é um paradigma inquebrantável. Por isso, um mundo em processo constante de transformação. Contando com esse ambiente, a sociedade se viu desorientada e sem bases nas quais se sustentar. Compreendendo-se nessa realidade, o ser humano cai em um processo decadente que conduz, inevitavelmente, ao pessimismo e à nadificação de todos os valores. Nesse ponto, o ser humano se perde do mundo e de si mesmo. Perde-se por não encontrar realidade alguma capaz de lhe dar o sentido que necessita perceber diante das situações. O “sentido maior” a que estava acostumado se desfez, ele morreu, ou melhor, “nós o matamos”. Por isso, nem a religião é capaz de suprir a sede humana de sentido. Depende do ser humano. É ele que deve se determinar e assumir as consequências de tal atitude.

A contemporaneidade trouxe algo original: o problema não é apenas a ameaça do nada circundando o ser humano, mas também a multiplicidade de possibilidades que acaba por embaçar o poder decisório do homem, fazendo-o perder-se frente à multiplicidade de opções e argumentos,



que, por vezes, contradizem-se. É o relativismo que se institui como explicação convincente e eficiente de uma realidade que não para nunca de se transformar e de se adaptar, desafiando o ser humano a acompanhá-la, de modo a não continuar perdido de si em si mesmo.

Pretendeu-se, neste artigo, esclarecer o sentido do relativismo contemporâneo sob o ponto de vista de um pensador que buscou desmistificar os pré-conceitos acerca das ideias nietzschianas. Paul Valadier faz isso com cuidado, evitando que ele mesmo se tornasse um “discípulo” do pensador alemão (importante lembrar que Nietzsche abnegava qualquer sentido de discipulado). Valadier não se nega, contudo, o reconhecimento da responsabilidade por uma reflexão tão atual e necessária, nem por isso menos desafiadora e pujante em toda a sua essência. Torna-se, portanto, essencial questionar que motivações fazem buscar o bem e evitar o mal, sem que com isso, se tenha que recorrer a uma realidade superior ou absolutizada, como algo que é necessariamente melhor do que o “eu mesmo”.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BOURETZ, Pierre. Éloge de la conscience. In: Revue Sprit et Vie, jul. 1994, p. 192-194.

DUMONT, Louis. La valeur chez lês modernes et chez lês autres. In: Revue Sprit et Vie, jul. 1983, p. 03-29.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. O niilismo e a lógica da catástrofe – para um diagnóstico nietzschiano da modernidade. Filosofia Unisinos, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 75-87, jan. 2001.

LAE, Jean-François. F. Fourquet, richesse et puissance: une généalogie de la valeur. In: Revue Sprit et Vie, out. 1989, p. 142-150.

NIETZSCHE, Friedrich. A gaia ciência. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. A genealogia da moral: uma polêmica. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALADIER, Paul. A anarquia dos valores: será o relativismo fatal? Tradução Cristina Furtado Coelho. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. 212p.

VALADIER, Paul. A moral em desordem: em defesa da causa do homem. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

VALADIER, Paul. Elogio da consciência. Tradução Ana Rabaça. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

VALADIER, Paul. Inevitável moral. Tradução Fátima Leal Gaspar. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

VALADIER, Paul. Nietzsche: l'athée de rigueur. Paris: Desclée de Brouwer, 1975.

VOLPI, Franco. O niilismo. Tradução Aldo Vannuchi. São Paulo: Loyola, 1999.

Licenciamento

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons 4.0 <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-br>

